



CAIO PRADO JUNIOR

Caio Prado: reforma agrária ampliada e luta armada

Yuri Martins Fontes

A famosa entrevista de 1967 concedida por Caio Prado à revista *Revisão* (do Grêmio da *Faculdade de Filosofia da USP*)¹ foi publicada no ano seguinte ao aparecimento de *A revolução brasileira*, obra polêmica que sintetiza o debate sobre a presença e preponderância de relações pré-capitalistas na estrutura da sociedade nacional, discussão que já se arrastava há décadas, mas que nos anos 1960 adquirira proeminência, dada a derrota das forças progressistas diante do Golpe Militar.

Alguns importantes intelectuais do PCB, caso especialmente de Nelson Werneck Sodré, acreditavam na existência de relações pré-capitalistas de tipo *feudal* ou *semifeudal* que se colocavam como obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas; entendiam que era importante aos comunistas se aliarem a uma parcela da burguesia brasileira que supostamente seria “nacionalista”, e portanto progressista, para juntos combaterem “resquícios feudais” como os latifúndios. A ideia era que antes de se pensar em uma revolução socialista, seria preciso completar-se sua *etapa* democrático-burguesa, introduzindo-se no arcaico meio rural o capitalismo, através da redistribuição de terras a camponeses, o que por sua vez ampliaria o mercado interno.

1. Esta entrevista, texto hoje raro, cujo original pode ser encontrado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, é republicada nesta mesma edição da *Mouro*.

Caio Prado desde muito antes do Golpe já denunciava como sendo uma ilusão tal “pacto populista” defendido pela direção do Partido. Com a capitulação de 1964, ganha força sua tese de que não havia nenhuma “burguesia nacionalista”, mas apenas interesses de classe. E de fato, o tal “progressismo” das elites, que em verdade se identificavam mais com o estrangeiro que com o povo brasileiro, tombara ao primeiro sinal de perigo à ordem capitalista.

A Revolução Brasileira irá tratar justamente desta questão – que já começara a ser debatida por ele em seus clássicos historiográficos da primeira metade do século XX. Sua posição é a de negar que o país vivesse sob qualquer feudalismo, opondo-se, por conseguinte, à viabilidade de uma *aliança* com parte da burguesia.

De início, tratará de desconstruir analiticamente os argumentos *etapistas*, afirmando que se ainda existiam *resquícios* pré-capitalistas nos campos brasileiros, estas reminiscências, entretanto, não eram *feudais*, mas *escravistas*. Seu intuito era demonstrar que o Brasil vivera uma evolução singular, *diferente* da europeia – cuja história era tida como único modelo para alguns pensadores impregnados do *eurocentrismo* ainda tão em voga à época.

Além disto, para ele tais *resquícios* não só eram *periféricos* diante do *todo* das relações de produção brasileiras, como ademais, nos locais onde se mantinham, esta espécie de *pré-capitalismo* era preferível às relações *plenamente* capitalistas. Em suma, amparado em diversos dados econômico-demográficos, o autor expõe que o problema brasileiro não era prioritariamente acabar com as *reminiscências escravistas*, mas sim melhorar a situação dos assalariados rurais, cujas condições de vida e trabalho eram ainda piores do que a daqueles poucos que sobreviviam da parceria e de outras relações pouco ou não monetarizadas.

Caio Prado acredita que a luta comunista imediata devia se centrar na defesa dos direitos trabalhistas dos camponeses, de forma a permitir-lhes uma mínima condição de subsistência, pois ao conquistar sua cidadania, as massas rurais estariam mais aptas para compreender sua situação de classe, e logo apoiar a Revolução. Por outro lado, a aplicação das leis trabalhistas no campo deveria vir acompanhada da taxaço das terras, de maneira que os latifundiários tivessem mais dificuldades em mantê-las, barateando, pois seu valor, o que estimularia sua divisão.

Pode-se dizer que a tática caiopradiana era *defensiva*. Para ele, o alicerce era a conscientização popular, a sindicalização, as melhores condições laborais no campo e na cidade, o que então possibilitaria a

reorientação dos objetivos da frente anti-imperialista, no sentido de uma produção que se orientasse ao consumo nacional. Sua visão da reforma agrária, que ele sim defendia, apesar do que bradam certos críticos imprudentes, era bastante *ampliada*, envolvendo aspectos sociopolíticos, jurídicos e culturais que iam além da mera repartição de terras, a qual a seu ver, lançaria o camponês desamparado em uma concorrência injusta com o grande produtor.

Vale notar que após três décadas do fim da ditadura militar, percebe-se que a história da luta popular agrária acabou por seguir o rumo que o historiador-filósofo pregava. Foi com o processo de democratização do país nos anos 1980, que se pôde disseminar a conscientização dos trabalhadores rurais; através do “novo sindicalismo” e do movimento *Diretas-Já*, forjou-se o nascimento do MST, que, no ímpeto da luta pela liberdade política, mobilizaria grande contingente humano, contribuindo muito com as conquistas da *Constituição de 1988*.

Aliás, atualmente, seria mesmo inconcebível um projeto de reforma agrária que não contemplasse reivindicações *ampliadas*, como as concebia Caio Prado, exigindo não só divisão de terras, mas também direitos como educação, saúde, apoio à infraestrutura agrária, etc., sem o que, em médio prazo, se configuraria um retrocesso do processo, com a volta da concentração de terras em mãos dos mais “bem sucedidos” ou “competitivos”.

E se, contudo, Caio Prado, em sua polêmica com o Partido, se propôs a debater questões mais *imediatas*, não se pode aqui confundir levemente sua visão marxista com qualquer *revisionismo*, como mais tarde o faria o então trotskista Ruy Fausto (atual social-democrata *reformado*, editor da revista que arca com o nome de *Fevereiro*) ao afirmar que o pensador paulista só via os “meios”, e não os “fins” da Revolução, supostamente não atentando ao caráter *insurgente* do *caminho* ao comunismo. Não é verdade. Caio enxergava e apontava para os *fins* revolucionários, tendo clara a necessidade da tomada de poder pelos comunistas. Inclusive, em seu citado livro de 1966, ele faz uma explícita defesa das Revoluções Soviética e Cubana, que devem ser estudadas como modelos de autenticidade revolucionária, teorias e práticas não-dogmáticas que, segundo ele, apreenderam o marxismo em seu fundamento dialético.

2. Ver sobre o tema o artigo de Braudel, sobre Caio Prado, publicado originalmente na revista dos *Annales*, cuja tradução na íntegra consta também desta edição da Moura.

Segundo sua concepção, existe uma *dialética rítmica* entre as *tarefas de urgência* e as *finais* ou de tempo mais longo.² Ao contrário do que pode sugerir uma leitura superficial ou parcial de sua obra, Caio Prado jamais se colocou *contra* a revolução armada. Já nos anos 1930 ele recusa claramente qualquer pretensão *socialismo parlamentar* e defende o método insurgente soviético. Em *URSS: um novo mundo* (1934) – livro infelizmente pouco lido e esgotado, no qual mistura crônicas de viagem e análises político-econômicas da *Revolução Bolchevique* –, o jovem Caio já se posicionava pelo leninismo. Atacando a “via pacífica” da social-democracia europeia, “partidos operários” que não foram “capazes de conduzir o proletariado pelo caminho do socialismo”, Caio Prado diz que os comunistas deveriam se mirar na bem sucedida experiência soviética, cuja “primeira lição” para o mundo é, em suas palavras:

o socialismo só será realizado pelo partido que seguir as pegadas dos bolchevistas, isto é, pela insurreição armada, pela tomada violenta do poder, como se deu na Rússia, e não pela via pacífica da conquista da maioria parlamentar, como quer a social-democracia.

Já em *O Mundo do socialismo* (1962), ele analisa o modo de funcionamento do socialismo, reiterando sua defesa dos méritos da Revolução de Outubro, em tempos de retrocesso, quando muitos socialistas vacilavam ou mesmo capitulavam ao discurso moralizante reformista anti-soviético. Não obstante, ele também soube criticar a política da União Soviética no que considerou seus *equivocos*.

É certo, contudo, que com o refluxo do otimismo revolucionário de meados do século XX, Caio passou a evitar falar abertamente sobre insurgência armada, pois avaliava que tal exposição, não respaldada pela efetiva possibilidade revolucionária, seria prejudicial à Revolução, que ele via antes de tudo como um *processo*. Um outro ponto é que, como denota sua *Entrevista* de 1967, ele passa a vislumbrar a possibilidade de uma insurreição que não necessariamente teria de ser violenta, referindo-se ao caso da Revolução Tchecoslovaca (1948), em que dada a supremacia das forças operárias, havia-se evitado derramamento de sangue.

Outro aspecto deste debate é que Caio Prado, por esta época, foi severo crítico do que chamava “verborragia” dos líderes do *Partidão*. Em seus ainda inéditos *Diários Políticos*, de 1945-1946 (do Arquivo IEB-USP), ele critica Luís Carlos Prestes por discursar de forma demasiado violenta, sem que houvesse suficiente apoio popular, o que só faria, portanto, atrair as forças reacionárias contra o movimento comunista.

Ao contrário do líder de origem tenentista, com sua visão um tanto militar da Revolução, Caio era um historiador, conhecedor profundo das mazelas e da situação material e educacional precária da população dos imensos sertões brasileiros. Para ele, não se tomaria o poder *por cima*, mas *por baixo*, de modo que a tarefa primordial do comunista tinha de ser a de conscientizar e arregimentar as massas para a causa revolucionária – atividade em que, em sua leitura, o PCB falhava.

No entanto, isso de modo algum implica em renunciar à possibilidade insurrecional. Como o já maduro marxista afirma na citada *Entrevista*, se tivéssemos no Brasil algumas dezenas de milhares de trabalhadores conscientes e dispostos a pegar em armas, caberia aos militantes armá-los! Mas esta não era a realidade concreta; e, portanto, o trabalho tinha de começar pela base: a defesa dos direitos fundamentais humanos, o que levaria à conscientização dos trabalhadores. Caio Prado tinha sua razão em não querer se expor. Não à toa. Suas palavras, nem tão subversivas assim, bastariam para o levar de volta à prisão, acusado pela xucra elite golpista de conspirador e incitador da violência, quando o que dizia era apenas que ainda não era chegada a hora da luta armada, luta esta que inclusive viria justamente para pôr fim à violência capitalista, institucional e cotidiana.